

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PRESIDENTE:** Rafael Govari

**1º RELATOR :** Rosinelson Ribeiro do Nascimento

**2º RELATOR:** André Luciano Maciel

**PROJETO DE LEI Nº 93/2025**

Parecer com base nos artigos 52 e 61 do Regimento Interno:

**1. EXPOSIÇÃO DA MATÉRIA:**

Autoriza o Poder Executivo municipal a receber bem imóvel de propriedade particular, com encargo de destinação a construção, pelo Município de Canarana-MT, de um Hospital Municipal, e dá outras providências

**2. CONCLUSÃO DO RELATOR:**

Seguindo parecer jurídico o qual conclui que: [...] “Diante do que foi analisado, sob o ponto de vista jurídico, o Projeto de Lei está em conformidade com as normas legais aplicáveis. Assim, entende-se que há viabilidade técnica e jurídica para sua tramitação”.

Do ponto de vista legal, o projeto encontra-se adequado, possui amparo na competência municipal e não apresenta vícios de constitucionalidade ou técnica legislativa, portanto, favorável ao presente projeto.

**3. DECISÃO DA COMISSÃO:**

a) Votam pelas conclusões do relator os Vereadores:

☒ Rafael ☒ André

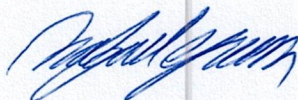
b) Votam contra as conclusões do relator os Vereadores:

☐ Rafael ☐ André

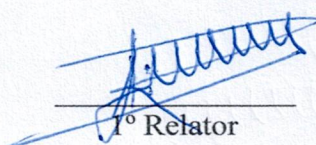
c) O Parecer da Comissão é

☒ Favorável ☐ Contrário

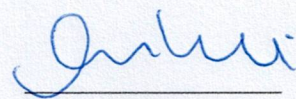
Sala de Sessões, 28 de novembro de 2025.



Presidente



1º Relator



2º Relator





**COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**

**PRESIDENTE:** Márcia Graciela Luft

**1º RELATOR:** Celsomar Sousa Morais Schwendler

**2º RELATORA:** Amanda Graciela Ançay da Roza

**PROJETO DE LEI 93/2025**

Parecer com base nos artigos 52 e 61 do Regimento Interno:

**1. EXPOSIÇÃO DA MATÉRIA:**

“Autoriza o Poder Executivo municipal a receber bem imóvel de propriedade particular, com encargo de destinação a construção, pelo Município de Canarana-MT, de um Hospital Municipal, e dá outras providências”

**2. CONCLUSÃO DO RELATOR**

Após analisar o Projeto de Lei verifica-se que a matéria apresenta clareza quanto aos encargos, prazos e obrigações assumidas pelo Município, sem gerar, neste momento, despesas continuadas ou aumento permanente de gastos públicos.

A responsabilidade do Município pelas despesas cartorárias, tributárias e de registro (art. 6º) consiste em custos administrativos pontuais e previsíveis, plenamente compatíveis com a execução orçamentária vigente e com a possibilidade de suplementação, conforme previsto no art. 7º do projeto. Tais despesas não comprometem o equilíbrio fiscal nem infringem as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal, sobretudo porque eventual construção do hospital dependerá de posteriores dotações específicas e planejamento financeiro adequado.

Por Diante do exposto, esta Relatoria opina pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei, uma vez que se mostra tecnicamente regular, financeiramente viável e alinhado ao interesse público, especialmente por criar condições para futura implantação de equipamento essencial à rede de saúde municipal.

**3. DECISÃO DA COMISSÃO:**

a) Votam pelas conclusões do relator os Vereadores:

(X) Márcia (X) Amanda

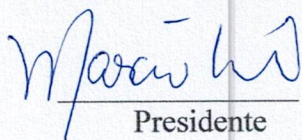
b) Votam contra as conclusões do relator os Vereadores:

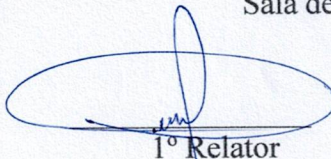
( ) Márcia ( ) Amanda

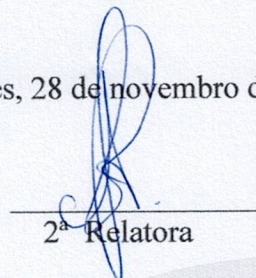
c) O Parecer da Comissão é

(X) Favorável ( ) Contrário

Sala de Sessões, 28 de novembro de 2025.

  
Presidente

  
1º Relator

  
2ª Relatora





### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, PREVIDÊNCIA, ESPORTE E LAZER

**PRESIDENTE:** Rosinelson Ribeiro do Nascimento

**1ª RELATORA:** Márcia Graciela Luft

**2º RELATOR:** Milton Blass

Parecer com base nos artigos 52 e 61 do Regimento Interno:

#### PROJETO DE LEI Nº 93/2025

##### 1. EXPOSIÇÃO DA MATÉRIA:

”Autoriza o Poder Executivo municipal a receber bem imóvel de propriedade particular, com encargo de destinação a construção, pelo Município de Canarana-MT, de um Hospital Municipal, e dá outras providências.

##### 2. CONCLUSÃO DA RELATORA

A proposta é de **alta relevância para a política pública de saúde**, pois viabiliza a ampliação da infraestrutura assistencial, possibilitando a futura implantação de um Hospital Municipal, equipamento fundamental para qualificar o atendimento, ampliar a capacidade de resposta da rede pública e reduzir demandas reprimidas. A autorização legislativa para recebimento do imóvel, com encargo de destinação específico, garante segurança jurídica, transparência e adequação ao interesse público.

O projeto não apresenta vícios de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa, estando alinhado às competências municipais e às diretrizes do Sistema Único de Saúde.

Diante disso, esta Comissão se manifesta **favoravelmente** à aprovação do Projeto de Lei.

##### 3. DECISÃO DA COMISSÃO:

a) Votam pelas conclusões da relatora os Vereadores:

☒ Rosinelson ☒ Milton


b) Votam contra as conclusões da relatora os Vereadores:

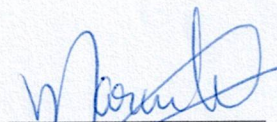
☐ Rosinelson ☐ Milton

c) O Parecer da Comissão é

☒ Favorável ☐ Contrário

Sala de Sessões, 28 de novembro de 2025.

  
\_\_\_\_\_  
Presidente

  
\_\_\_\_\_  
1ª Relatora

\_\_\_\_\_  
2º Relator



**COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E TRANSPORTES****PRESIDENTE:** Celsomar Sousa Morais Schwendler**RELATOR:** Sancler da Silva Santarém**MEMBRO:** Claudir Sonemann Feijó**PROJETO DE LEI Nº 93/2025**

Parecer com base nos artigos 52 e 61 do Regimento Interno:

**1. EXPOSIÇÃO DA MATÉRIA:**

” Autoriza o Poder Executivo municipal a receber bem imóvel de propriedade particular, com encargo de destinação a construção, pelo Município de Canarana-MT, de um Hospital Municipal, e dá outras providências

**2. CONCLUSÃO DO RELATOR**

A destinação do imóvel à construção de um **Hospital Municipal** atende ao interesse público e se alinha ao planejamento urbano e estrutural do Município. O recebimento do imóvel com encargo específico impede desvio de finalidade, garantindo que a área seja utilizada exclusivamente para implantação do equipamento público previsto. A tramitação segue parâmetros legais, não havendo irregularidades aparentes quanto à técnica legislativa ou quanto à competência do Município para aceitação e destinação de bens imóveis. A existência de área previamente definida facilita etapas futuras de planejamento, elaboração de projetos arquitetônicos, captação de recursos e execução da obra.

Trata-se, portanto, de medida que fortalece a estrutura física dos serviços públicos e permite o avanço de projeto estratégico para a população, sendo assim favorável ao presente projeto.

**3. DECISÃO DA COMISSÃO:**

a) Votam pelas conclusões do relator os Vereadores:

☒ Celsomar ☒ Claudir

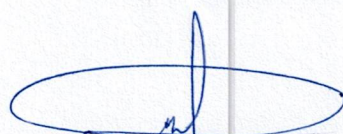
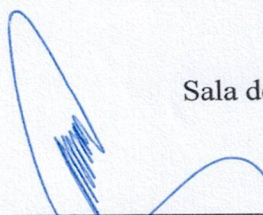
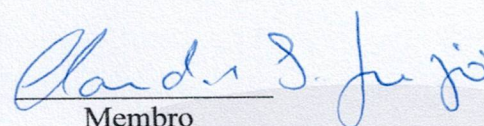
b) Votam contra as conclusões do relator os Vereadores:

☐ Celsomar ☐ Claudir

c) O Parecer da Comissão é

☒ Favorável ☐ Contrário

Sala de Sessões, 28 de novembro de 2025.

  
Presidente  
Relator  
Membro